



ANO 20 Nº 12
Dezembro de 2011

O Brasil e o medo da inflação (e do futuro)

Em 2008, o estouro da bolha imobiliária norte-americana marcou o início de uma prolongada estagnação nos países do centro. Em 2010, presenciou-se um novo capítulo da crise inacabada, desta vez com foco na situação fiscal de diversos países, mais notadamente na Europa. Como resultado, o medo voltou a rondar as portas da economia brasileira.

O Brasil apresentou uma recuperação relativamente rápida do choque de 2008, resultado, em grande parte, da combinação das políticas de renda mínima com um manejo eficiente da política de crédito, que garantiu o fortalecimento do mercado interno nacional. Hoje, diante da crise que vem afetando os países europeus e da estagnação norte-americana, o País tem apresentado considerável estabilidade nos principais indicadores econômicos. Porém o debate nacional estimulado por parte dos analistas e dos economistas brasileiros tem levantado a possibilidade de que a situação econômica venha a retroceder a qualquer momento. O foco atual das preocupações é o risco do descontrole inflacionário por conta de um governo pouco comprometido com seu combate. Contudo, através de uma análise mais atenta, pode-se verificar que, com a devida cautela de não minimizar problemas evidentes, há um exagero nas previsões mais pessimistas.

Em 2011, a inflação deverá ficar acima da meta estabelecida. Parte substancial do índice, os preços dos alimentos, vinham experimentando uma persistente alta em nível internacional, puxados principalmente pelo aumento da demanda mundial e pelo seu uso, no mercado de derivativos, como *hedge* a um dólar enfraquecido, fatores estes que fogem do controle do Governo no combate à inflação. O IPCA também vem sendo afetado por fatores específicos da economia nacional, tais como a indexação dos preços administrados ao IGP-M, que corrige o valor das tarifas de empresas privadas prestadoras de serviços públicos, com um índice normalmente mais elevado que a inflação oficial. Convém destacar, ainda, o crescimento nos preços dos serviços, em grande parte devido ao crescimento da renda média do trabalho.

Em 2011, o Brasil crescerá acima da média mundial, como já havia ocorrido em 2010. Além disso, o País apresenta, atualmente, a menor taxa de desemprego da série histórica do IBGE após a mudança da metodologia em 2002, justamente em um momento em que esse problema assola grande parte dos países do mundo. Quanto à proteção aos mais pobres, os mais afetados pela inflação, as políticas sociais de valorização do salário mínimo do Governo fizeram com que milhões de brasileiros ascendessem socialmente. A relação dívida líquida/PIB, que vem caindo ao longo dos anos, chegando a 40,9% em 2010 — era de mais de 50% antes de 2002 —, mais o fato de se ter cumprido todas as metas de superávit primário desde o Governo Lula, não corrobora a tese de um governo perdulário.

Quando, em agosto do corrente ano, o Bacen começou a reduzir a Selic, diversos analistas e periódicos alertaram para o fato de a inflação sair de controle. Contudo o Governo teve um entendimento que considerava o impacto da economia mundial sobre a brasileira: tanto a produção industrial quanto os índices de preços e expectativas de inflação futura estavam em desaceleração. Cabe notar, ainda, que a decisão de reduzir a taxa de juros foi tomada dias após o corte de R\$ 50 bilhões nos gastos governamentais, mostrando uma afinidade entre a política fiscal e a monetária que não era vista há anos. Quando o medo era de superaquecimento da economia, como no início de 2011, o crédito foi restringido. Agora, neste novo cenário mundial e brasileiro, tais restrições começam a ser retiradas.

Não se atendo a fatores de longo prazo, mais notadamente ao problema do crescente déficit de transações correntes (**Carta de Conjuntura FEE**, ano 20, n. 10, out./11), a tabela abaixo mostra que a economia brasileira, quando tomada no seu conjunto, apresenta indicadores que não só não destoam das principais economias mundiais, como sinalizam um cenário de estabilidade econômica. Pelo menos por enquanto, não há motivos para pesadelos.

Previsões, segundo indicadores selecionados, para o Brasil e principais economias mundiais — 2011

PAÍSES E REGIÕES	PIB ($\Delta\%$ anual)		DESEMPREGO (%)	INFLAÇÃO (%)	SALDO EM TRANSAÇÕES CORRENTES (US\$ milhões)	DÉFICIT PÚBLICO (% do PIB)
	2011	2012				
Brasil	3,0	3,5	5,8	6,7	-47,3	-2,7
Argentina	8,5	4,0	7,2	9,6	1,1	-1,4
EUA	1,7	1,8	9,0	3,1	-469,9	-9,0
Zona do Euro	1,6	0,4	10,3	2,6	-82,6	-4,0
Reino Unido	0,9	1,1	8,3	4,3	-40,9	-8,8
Japão	-0,5	2,2	4,5	0,0	150,0	-8,3
China	9,2	8,2	6,1	5,6	259,3	-1,8
Índia	7,9	7,8	10,8	8,3	-46,2	-4,9

FONTE: **The Economist**, 02.12.11.

A participação da agricultura nas exportações do RS

No acumulado entre janeiro e outubro de 2011, as exportações da agricultura do Rio Grande do Sul cresceram 78% em valor, comparativamente com o mesmo período de 2010. Tal percentual pode ser dividido entre o crescimento do volume exportado e o dos preços obtidos pelos produtores. Assim, enquanto o volume exportado cresceu 33,7%, os preços variaram de modo similar, crescendo 33,1% no mesmo período.

O principal responsável por tal desempenho foram as exportações de grãos de soja, que alcançaram US\$ 2,803 bilhões de dólares no acumulado entre janeiro e outubro de 2011, contra US\$ 1,717 bilhão no mesmo período de 2010, um crescimento de 63,2%. Em volume, as exportações de grãos de soja passaram de 4,547 para 5,548 bilhões de quilos. Em consequência, as exportações de grãos de soja passaram a representar 81,5% do valor das exportações da agricultura, tendo um peso importante nas tendências das vendas do setor agropecuário para o exterior.

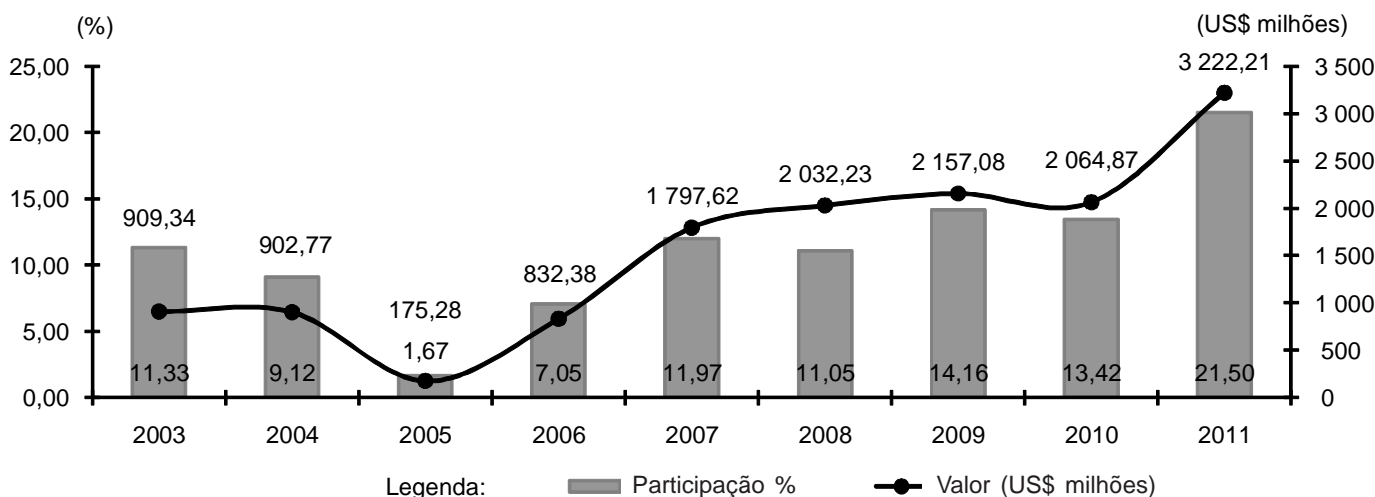
Já no que se refere ao trigo, segundo produto mais exportado pela agricultura gaúcha, verificou-se um crescimento no valor exportado de 594,3%. O aumento do volume exportado de trigo alcançou 267,8%, e o aumento dos preços foi de 88,8%. Enquanto as exportações do produto, ao longo de 2010, perfizeram um total de US\$ 65 milhões, entre janeiro e outubro de 2011, o valor já alcançou US\$ 451 milhões. Convém destacar, no entanto, o fato de este ser um ano atípico, devido à quebra de safra do trigo, em 2010 e em 2011, em países do Leste Europeu e na Rússia. Mesmo que tal desempenho não se repita em 2012, a inserção em novos mercados, ainda que temporária, pode criar laços mais permanentes de comércio, de modo a beneficiar a agricultura gaúcha.

Os dados da série histórica (<http://www.fee.tcche.br/exportacoes/serie-historica/>) mostram que as exportações da

agricultura, desde 2003, nunca alcançaram uma participação nas vendas do Rio Grande do Sul para o exterior tão elevadas como a atual, perfazendo 21,5% do total (gráfico). Em 2005, devido à quebra de safra da soja, elas representaram 1,67% do total exportado, sendo a menor participação desde 2003. Já em 2009, as exportações da agricultura contribuíram com 14,16% do total exportado, sendo a maior parcela já obtida pelas vendas agrícolas até 2010. Mesmo que ocorra uma redução na velocidade das exportações agrícolas em novembro e dezembro, provavelmente a agricultura fechará 2011 sendo responsável por mais de 20% das vendas de produtos do Rio Grande do Sul, um percentual recorde desde o início da compilação dos dados em 2003.

O aumento, tanto no volume exportado quanto nos preços, tem impactado positivamente a produção de soja e de trigo no Rio Grande do Sul. Entre janeiro e outubro de 2010, a China comprou US\$ 1,463 bilhão em grãos de soja, representando 65% do total exportado pelo Rio Grande do Sul para aquele País. Em 2011, a demanda chinesa já chega a US\$ 2,274 bilhões, um crescimento de 55,4%, representando 73,26% das exportações gaúchas para a China. Além disso, em 2011, ao contrário dos outros anos, novos destinos surgiram para as exportações de soja. Taiwan aumentou as importações de soja gaúcha em 308,69%, alcançando US\$ 192 milhões, bem como a Tailândia, que comprou 65% a mais do que em 2011, totalizando, entre janeiro e outubro, US\$ 74 milhões. Não há indicativo de que as vendas do complexo agropecuário da soja irão arrefecer nos próximos anos, sinalizando que a maior participação da agricultura nas exportações gaúchas é um movimento mais estrutural e permanente do que sazonal e temporário.

Valor das exportações agrícolas e participação no total das exportações do RS — 2003/11



FONTE: FEE.

Bruno Breyer Caldas
Economista, Pesquisador da FEE

Perfil setorial e regional da indústria de transformação no Estado

Em 2011, a FEE iniciou uma série de estudos para identificar e avaliar os principais setores produtivos do Rio Grande do Sul, bem como a sua distribuição geográfica. Trata-se de uma análise da concentração da produção e do emprego no Estado, com o intuito de subsidiar políticas públicas de desenvolvimento setorial e regional. Os primeiros resultados foram obtidos a partir das estatísticas do registro fiscal de saídas da Secretaria da Fazenda do RS (Sefaz) e do emprego formal e salários (RAIS-MTE) da indústria de transformação, ambos referentes a 2006 — ano mais recente para o qual havia disponibilidade de uma base de dados completa da Sefaz. Assume-se, aqui, que o valor das saídas representa uma aproximação do Valor Bruto da Produção (VBP) industrial.

O Rio Grande do Sul apresenta uma estrutura industrial densa, quando comparada com a dos demais estados da Federação, estando aqui representadas partes relevantes dos setores de atividade da estrutura produtiva nacional. As estatísticas analisadas evidenciam que, dentro do Estado, a produção e o emprego industriais estão setorial e geograficamente concentrados. Em termos setoriais, a produção concentra-se na fabricação de produtos alimentícios, produtos químicos, veículos, reboques e carrocerias e couro e calçados, os quais representam mais de 50% do total do valor da produção e pouco menos de 50% do total do emprego formal. Em termos regionais, apenas três Coredes — Metropolitano Delta do Jacuí, Serra e Vale do Rio dos Sinos — detêm cerca de 70% da produção total da indústria e 60% do emprego.

Há, porém, diferenças significativas nas relações entre valor da produção, emprego e distribuição geográfica nos quatro maiores setores. O setor de produtos alimentícios — cujas principais atividades no Estado são beneficiamento de soja e arroz, abate e produtos de carnes e laticínios — representa 18,9% da produção e 16,1% do total do emprego formal, com uma relação emprego/produção de 0,85. Trata-se, portanto, de um setor no qual a produção é ligeiramente mais importante do que a geração de empregos — embora se reconheça que, dentro desse agregado, existem algumas atividades cuja importância relativa do emprego é maior. Geograficamente, a fabricação de produtos alimentícios está presente em todo o território gaúcho e constitui a atividade mais importante na maior parte das regiões. Porém, 50,0% do valor da produção desse setor concentram-se em apenas quatro Coredes: Sul (onde se localiza 14,1% da produção do setor), Vale do Taquari (13,1%), Serra (13,0%) e Produção (10,6%).

O setor de produtos químicos, por outro lado, representa 16,0% da produção da indústria de transformação no Estado e

apenas 2,4% do emprego formal. Além disso, 76,8% da produção concentram-se no Corede Metropolitano Delta do Jacuí. Embora a média de salários pagos seja maior do que a média estadual, a participação da massa salarial do setor no total do Estado (5,19%) ainda é baixa, quando comparada à sua importância na produção.

O setor de veículos automotores, reboques e carrocerias representa 10,3% da produção e 6,1% do emprego formal, com uma relação emprego/produção de 0,59. No entanto, como o salário médio pago pelo setor é maior do que a média do Estado, a sua participação na massa salarial total aproxima-se da sua importância em termos de produção (9,98%). Trata-se, também, de um setor bastante concentrado geograficamente: os Coredes Metropolitano Delta do Jacuí e Serra detêm, respectivamente, 47,5% e 45,0% da produção. Em ambos, a atividade de autopeças é relevante, porém, enquanto, no Metropolitano, destaca-se a produção de automóveis, no Corede Serra, a produção do setor concentra-se em caminhões e ônibus e cabines, carrocerias e reboques, o que evidencia a especialização intrasetorial das regiões.

Finalmente, o setor de couro e calçados representa 8,6% da produção e 24,9% do emprego formal. Apesar da elevada relação emprego/produção (2,86), a média salarial paga pelo setor é baixa, uma vez que o padrão de competição do setor é baseado em custos. Em função disso, a participação na massa salarial do setor no Estado é de 16,8%. A produção de couro e calçados também está presente em praticamente todo o território gaúcho. No entanto, cerca de 70% da produção do setor no Estado estão concentrados nos Coredes Vale do Rio dos Sinos (51,8%) e Paranhana-Encosta da Serra (19,4%). Outros setores relevantes na estrutura produtiva do Estado, que possuem uma relação emprego/produção superior à unidade, são os de máquinas e equipamentos, borracha e plástico e produtos de metal e móveis, enquanto, nos setores de derivados de petróleo e fumo, ao contrário, a relação é baixa e bastante inferior à unidade.

Essas desigualdades apontadas acima mostram que as características setoriais da indústria e seus padrões de localização regional devem ser contemplados na formulação de políticas de desenvolvimento e de fomento ao investimento no Estado. Nem sempre políticas de fomento à produção implicarão o correspondente aumento do emprego e da massa salarial, ou, até mesmo, a redução das desigualdades regionais.

Participação percentual das atividades da indústria de transformação dos Coredes no total do RS — 2006

COREDDES	PRODUTOS ALIMENTÍCIOS	PRODUTOS QUÍMICOS	VEÍCULOS AUTOMOTORES, REBOQUES E CARROCEIAS	COUROS E CALÇADOS	DEMAIS ATIVIDADES	TOTAL
Metropolitano Delta do Jacuí	0,82	12,32	4,87	0,07	9,35	27,44
Vale do Rio dos Sinos	0,94	1,93	0,48	4,46	13,74	21,56
Serra	2,47	0,16	4,62	0,36	10,76	18,37
Vale do Rio Pardo	0,42	0,01	0,02	0,10	4,92	5,46
Sul	2,67	1,15	0,01	0,02	0,69	4,54
Vale do Taquari	2,47	0,23	0,01	0,92	0,66	4,29
Produção	2,00	0,03	0,00	0,05	0,44	2,52
Paranhana-Encosta da Serra	0,12	0,01	0,00	1,68	0,33	2,14
Demais	7,03	0,20	0,26	0,96	5,25	13,69
ESTADO	18,94	16,04	10,28	8,62	46,13	100,00

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul.

NOTA: Elaborado a partir das informações das saídas das atividades industriais, segundo as divisões da CNAE 2.0.

Cecília Rutkoski Hoff e César Stallbaum Conceição
Economistas, Pesquisadores da FEE

Tabela 1

Taxas de variação do IPCA e do IGP-M no Brasil — maio-out./11

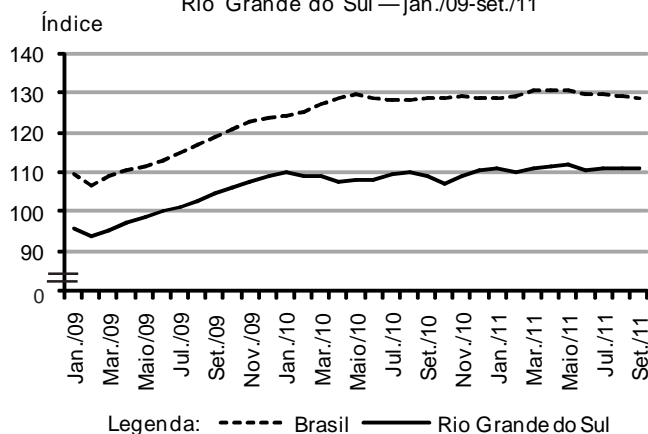
MESES	IPCA			IGP-M		
	No Mês	No Ano	Acumulada em 12 Meses	No Mês	No Ano	Acumulada em 12 Meses
Maio/11	0,47	3,71	6,55	0,43	3,33	9,76
Jun./11	0,15	3,87	6,71	-0,18	3,15	8,64
Jul./11	0,16	4,04	6,87	-0,12	3,02	8,35
Ago./11	0,37	4,42	7,23	0,44	3,48	8,00
Set./11	0,53	4,97	7,31	0,65	4,15	7,46
Out./11	0,43	5,43	6,97	0,53	4,70	6,95

FONTE: IBGE.

Fundação Getúlio Vargas.

Gráfico 1

Produção física industrial no Brasil e no Rio Grande do Sul — jan./09-set./11



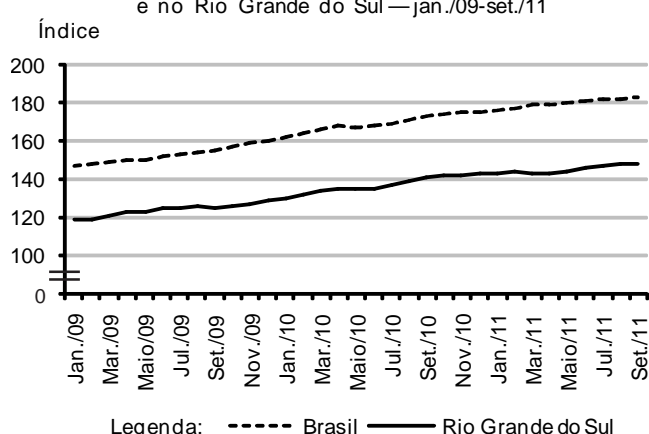
FONTE: IBGE. Pesquisa Industrial Mensal — Produção Física.

NOTA: 1. Média móvel trimestral do índice de base fixa mensal com ajuste sazonal.

2. Os índices têm como base a média de 2002 = 100.

Gráfico 2

Volume de vendas do comércio varejista no Brasil e no Rio Grande do Sul — jan./09-set./11



FONTE: IBGE. Pesquisa Mensal de Comércio.

NOTA: 1. Média móvel trimestral do índice de base fixa mensal com ajuste sazonal.

2. Os índices têm como base a média de 2003 = 100.

Tabela 2

Indicadores selecionados da economia brasileira — maio-out./11

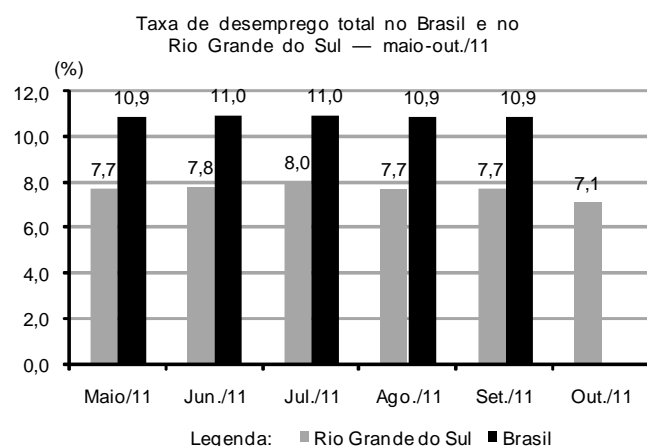
INDICADORES SELECIONADOS	NO MÊS						NO ANO (1)	EM 12 MESES (1)
	Maio/11	Jun./11	Jul./11	Ago./11	Set./11	Out./11		
Taxa de câmbio (US\$) (2)	1,61	1,59	1,56	1,60	1,75	1,77	1,65	1,66
Taxa de câmbio efetiva real (3)	71,4	70,2	69,4	70,5	74,7	75,1	72,0	72,2
Taxa básica de juros (% a.a.) (4)	12,00	12,25	12,50	12,50	12,00	11,50	11,90	11,71
Superávit primário (% do PIB)	-2,2	-3,8	-4,1	-1,3	-2,4	-	-3,5	-3,3
Balança comercial (US\$ milhões)	3 520	4 429	3 134	3 873	3 074	2 355	25 389	31 054
Exportações (US\$ milhões)	23 209	23 689	22 252	26 159	23 285	22 140	212 139	250 745
Importações (US\$ milhões)	-19 689	-19 260	-19 118	-22 286	-20 212	-19 785	-186 750	-219 690
Transações correntes (US\$ milhões)	-4 084	-3 290	-3 493	-4 863	-2 200	-3 109	-39 092	-47 327

FONTE: Banco Central do Brasil.

(1) Valores médios da taxa de câmbio, do índice da taxa de câmbio efetiva real e da taxa básica de juros; resultado acumulado para os demais. (2) Taxa de câmbio livre do dólar norte-americano (compra e venda) média de período (R\$/US\$). (3) Índice da taxa de câmbio efetiva real (IPCA), jun./94 = 100. (4) Taxa vigente no último dia útil do mês.

Carta de Conjuntura - Ano 20 nº 12

Gráfico 3

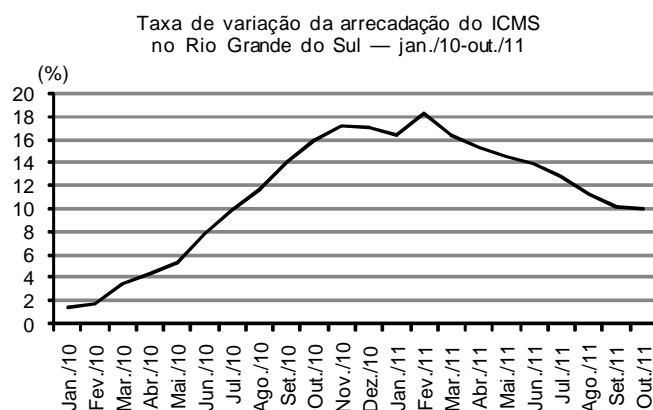


FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

NOTA: 1. Brasil corresponde ao total das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo e o Distrito Federal.

2. Rio Grande do Sul corresponde apenas à Região Metropolitana de Porto Alegre.

Gráfico 4



FONTE: Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul.
NOTA: Variação acumulada em 12 meses.

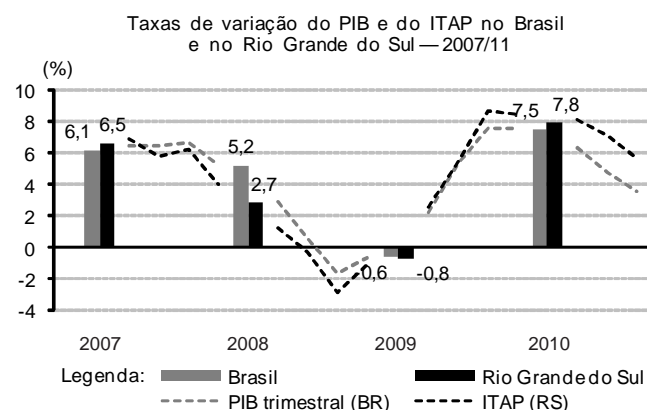
Tabela 3

Exportações do Brasil e do Rio Grande do Sul — maio-out./11

MESES	EXPORTAÇÕES ACUMULADAS NO ANO (US\$ FOB milhões)		PARTICIPAÇÃO RS/BR (%)	VARIACÃO ACUMULADA NO ANO (%)					
	RS	Brasil		Valor		Volume		Preço	
				RS	Brasil	RS	Brasil	RS	Brasil
Maio/11	7 292	94 614	7,7	6,0	32,3	-3,8	8,0	10,2	22,6
Jun./11	9 261	118 304	7,8	11,7	34,1	1,2	6,9	10,4	25,5
Jul./11	11 046	140 555	7,9	12,5	34,1	0,8	6,5	11,7	25,8
Ago./11	12 908	166 714	7,7	16,0	33,9	3,2	6,6	12,3	25,6
Set./11	14 990	189 999	7,9	19,8	32,7	6,4	6,0	12,6	25,1
Out./11	16 698	212 139	7,9	21,7	31,7	8,1	6,1	12,6	24,1

FONTE DOS DADOS BRUTOS: MDIC/Sistema Alice.

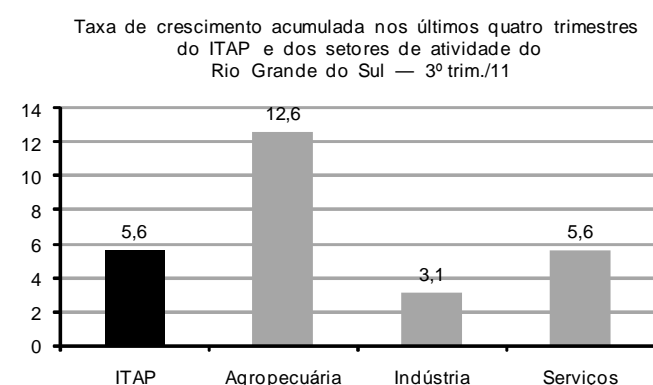
Gráfico 5



FONTE: IBGE. FEE. Bacen.

NOTA: 1. O ITAP foi utilizado como proxy do PIB trimestral no RS.
2. ITAP e PIB trimestral do Brasil estão representados por suas taxas acumuladas em quatro trimestres.
3. PIB trimestral do terceiro trimestre de 2011 do Brasil estima do pelo Índice de Atividade Econômica do Banco Central.

Gráfico 6



FONTE: FEE.

RS deve crescer acima da média nacional em 2011

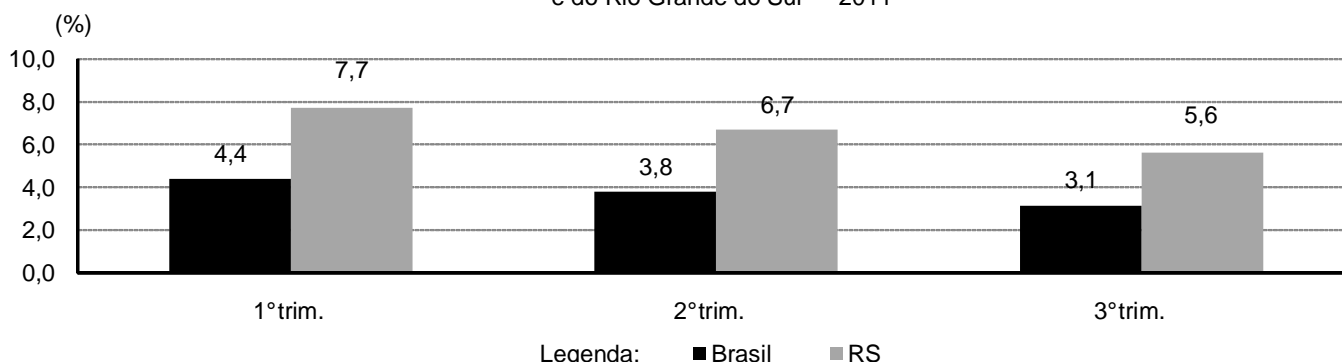
Os dados do Índice Trimestral da Atividade Produtiva (ITAP), calculados pela FEE para o terceiro trimestre de 2011, confirmam a tendência de desaceleração da economia gaúcha. Após crescer 7,7% no primeiro trimestre, contra igual período do ano anterior, a taxa acumulada até o terceiro trimestre caiu para 5,6%. Mantida a atual tendência, a taxa anual deve ficar abaixo dos 5,6% acumulados até setembro (ver Gráficos 5 e 6, na p. 5).

A desaceleração verificada no RS está alinhada com a conjuntura atual da economia brasileira. Influenciada pelos rumos da economia mundial e pelas medidas contracionistas de política econômica, adotadas ao final de 2010 e início de 2011, a atividade produtiva do Brasil, medida pelo Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), também

mostrou sinais claros de diminuição do ritmo de crescimento. No acumulado do ano até o terceiro trimestre, a taxa brasileira ficou em 3,1%.

A comparação dos dados mostra que o RS deve fechar 2011 com crescimento superior ao nacional. E isso se deve principalmente ao desempenho da agropecuária. De acordo com o IBGE, a safra agrícola gaúcha de 2011 será 18,4% maior que a de 2010, enquanto a brasileira será apenas 5,0% superior. O bom resultado do Setor Primário influenciou positivamente a indústria de transformação, que, segundo o IBGE, acumulou crescimento de 1,9% até setembro, contra 1,0% do Brasil. Ainda conforme o mesmo Instituto, o comércio gaúcho cresceu 7,6% até o terceiro trimestre, ligeiramente abaixo do nacional (8,0%).

Taxas de crescimento acumuladas no ano das atividades produtivas do Brasil e do Rio Grande do Sul — 2011



FONTE: FEE.

Banco Central do Brasil.

Martinho Lazzari
Economista, Pesquisador da FEE

Seguro-desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre

A partir de 2006, observa-se um aumento no percentual dos trabalhadores desempregados que recebem seguro-desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre. Enquanto, no biênio 2006-07, esse percentual foi de 6,6%, em 2010-11 (até agosto), foi de 8,1%.

A comparação dos desempregados com o subconjunto dos recebedores de seguro-desemprego no biênio 2010-11 mostra que a maior proporção é egressa do setor industrial. Os que tiveram o último emprego na indústria representam 14,8% do conjunto dos desempregados e 26,0% do subconjunto dos recebedores.

A política de seguro-desemprego propicia melhores condições econômicas aos beneficiários relativamente ao con-

junto dos desempregados. Enquanto 45,9% dos desempregados recebem até dois salários mínimos de renda familiar, apenas 26,1% dos que recebem o seguro estão nessa faixa de renda. Por outro lado, 57,7% dos recebedores estão na faixa de renda familiar entre dois e cinco salários mínimos.

Os recebedores são em maior proporção homens — 58,8% em comparação com 44,2% dos desempregados. Cerca de 47,0% são chefes de domicílio, contra 26,1% dos desempregados. Esses dados indicam que a política de concessão de seguro-desemprego está direcionada aos desempregados com maiores chances de melhor inserção no mercado de trabalho.

Desempregados e recebedores de seguro-desemprego, segundo faixas de renda e atributos selecionados, na RMPA — 2010/11

DISCRIMINAÇÃO	DESEMPREGADOS	RECEBEDORES DE SEGURO-DESEMPREGO
Setor de atividade do último emprego — indústria	14,8	26,0
Faixas de renda familiar selecionadas		
Menos de 2 salários mínimos	45,9	26,1
De 2 até menos de 5 salários mínimos	39,7	57,7
Atributos selecionados		
Sexo masculino	44,2	58,8
Chefes de domicílio	26,1	47,0

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

NOTA: Para 2011, foram considerados apenas os meses de janeiro a agosto.

Gabriele dos Anjos
Historiadora, Pesquisadora da FEE

Os impasses da travessia chinesa em tempo de crise externa

A economia internacional convive com uma crise sem precedentes nas economias avançadas, no período do pós-guerra. Após a recessão mundial de 2009, o desastre nuclear de Fukushima no Japão, a crise do emprego e a ameaça de suspensão de pagamentos dos títulos nos Estados Unidos e a crise do endividamento da Europa têm contribuído, decisivamente, para a ameaça de um segundo mergulho da economia mundial. Todavia a deterioração do quadro econômico global não se consolidou, devido ao comportamento das economias emergentes e, particularmente, ao desempenho da economia chinesa, cujas autoridades lançaram, no biênio 2009-10, um plano de estímulo da ordem de US\$ 2,7 trilhões.

Os resultados alcançados pelo governo de Pequim implicaram taxas elevadas de crescimento econômico e transformaram o País no maior consumidor mundial de energia, de acordo com a Agência Internacional de Energia (AIE). Segundo o jornal **New York Times**, em 2009, a China consumiu 2,252 bilhões de toneladas equivalentes de petróleo, superando os Estados Unidos, que consumiram 2,170 bilhões de toneladas equivalentes de petróleo.

O excelente desempenho da economia chinesa foi acompanhado de um superávit comercial de US\$ 183 bilhões, de um superávit em conta corrente de US\$ 306,2 bilhões e de um acúmulo de US\$ 1,16 trilhão em títulos da dívida do tesouro norte-americano ao final de 2010.

No final de dezembro do exercício passado, o Banco do Povo identificou duas restrições na gestão da economia — alta de preços e excesso de liquidez — e elevou a taxa de juros, porque era necessário conter o processo inflacionário e buscar a meta oficial de 4,0%. A prioridade no combate à inflação fica evidente à medida que o Índice de Preços ao Consumidor (IPC) avançou 3,3% (2010) e deve fechar em 5,5% em 2011, de acordo com o FMI.

Embora o ritmo de crescimento se mantenha em taxas elevadas, a economia chinesa convive com um processo de desaceleração desde o início da corrente década. O PIB cresceu 10,3% em 2010 e 9,5% em 2011 e deve registrar um incremento de 9,0% em 2012, conforme o Panorama Econômico Mundial do FMI. No final de maio, Pier Carlo Padoan, Economista-Chefe da Organização Para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em entrevista ao jornal **Valor**, alertou que a desaceleração da economia chinesa poderia ser ainda maior, embora tenha descartado a hipótese de uma aterrissagem forçada, porque a articulação entre o setor financeiro e a economia real não é tão forte como em outras economias. Essa opinião não é acompanhada por Michael Pettis, Professor da Universidade de Pequim, que acredita que a desaceleração se aprofundará para 3,0% após 2013, por causa do aumento do consumo em detrimento da expansão do investimento.

A par da desaceleração da economia e com o avanço da crise externa, a economia chinesa passou a conviver, ao longo de 2011, com taxas de inflação no patamar de 6,5% e com forte alta nos preços dos alimentos em meados do ano, exigindo novas elevações de taxas de juros e enxugamento da liquidez por parte das autoridades monetárias. Em setembro, a inflação recuou para 6,1%, e, em outubro, houve novo recuo, dessa vez para 5,5%.

Em setembro, após dois meses consecutivos, o impacto da crise externa — e, particularmente, o relacionamento comercial com a União Europeia — evidenciou uma desaceleração do superávit comercial do País. Na ocasião, o governo de

Pequim, aparentemente, fez-se valer da redução nos preços das *commodities* para adquirir volumes maiores de metais — minério de ferro e cobre —, contribuindo, dessa forma, para que os preços das matérias-primas não viessem a encontrar um novo piso no mercado internacional.

Em meados de outubro, a comunidade internacional foi surpreendida com a intervenção da Central Huijin Investment do Fundo Soberano, que adquiriu ações dos bancos Agrícola, Industrial e Comercial, da Construção, e do próprio Banco da China, os quatro maiores intermediários financeiros do País. A volatilidade das bolsas decorrente da debilidade das ações daqueles bancos e do aumento dos créditos podres, produto da contenção do crédito posto em prática anteriormente para combater a inflação, exigiu a nova intervenção das autoridades econômicas.

Logo a seguir, o governo de Wen Jiabao lançou um novo pacote, dessa vez um plano para socorrer com crédito o segmento das pequenas empresas, que se ressentiu com a queda das exportações e que se encontrava sob ameaça de quebra face à nova conjuntura vigente na China.

Não bastassem as mudanças em curso na conjuntura econômica chinesa, as próprias autoridades locais passaram a conviver com o alerta do FMI quanto à possibilidade de o País estar criando uma bolha imobiliária, devido às limitações das opções da poupança. Os analistas econômicos vêm enfatizando, também, o avanço das dívidas dos governos locais (que vencem no próximo biênio 2012-13), o que exigiu que as autoridades centrais autorizassem os governos locais — as províncias de Zhejiang e Guangdong e as cidades de Xangai e Shenzhen — a emitirem títulos para evitar um choque de crédito e socorrer a demanda doméstica.

Recentemente, o FMI voltou a enfatizar a vulnerabilidade do sistema bancário da China após a realização de teste de estresse nos 17 maiores bancos do País. Se houver combinação de queda no valor dos ativos, alteração na cotação do yuan e ajuste no mercado imobiliário, o sistema financeiro local poderá ser duramente atingido, de acordo com os estudos realizados, conjuntamente, pelo FMI e Banco Mundial.

E, assim, as autoridades chinesas devem monitorar a desaceleração da economia em 2012, com a atenção voltada para a estabilidade. Será necessário prosseguir o esforço em direção à meta de inflação, com atenção redobrada no impacto da crise europeia sobre as exportações locais. Ao mesmo tempo, é fundamental conter a ameaça da bolha imobiliária, prevenir a possibilidade de uma crise bancária, viabilizar as atividades dos governos locais e preparar-se para os desafios da flexibilização da taxa de câmbio e da priorização do mercado interno.

Indicadores econômicos da China — 2010-12

DISCRIMINAÇÃO	2010	2011	2012
Crescimento do PIB	10,3	9,5	9,0
Índice de Preços ao Consumidor ..	3,3	5,5	3,3
Saldo em conta corrente/PIB	5,2	5,2	5,6
Taxa de desemprego	4,1	4,0	4,0

FONTE: FMI, Panorama Econômico Mundial, out./11.

A ascensão do polo naval de Rio Grande

O ressurgimento da indústria naval brasileira tem como mola propulsora a expansão da produção de petróleo e a exploração do pré-sal, ambas demandando a construção de centenas de novas embarcações no País. O Plano de Negócios 2011-15, da Petrobras, prevê a aplicação de US\$ 213,5 bilhões nas atividades desenvolvidas no Brasil, e as estimativas da empresa indicam que, até 2020, serão necessários 568 barcos de apoio especiais, 94 plataformas e 65 sondas. A essa demanda direta da estatal agrega-se a de seus prestadores de serviços, que encomendam barcos de apoio marítimo e de outros gêneros. Para atender a essa demanda, os estaleiros vão operar cada vez mais como montadores e vão demandar produtos mais acabados, o que torna indispensável a existência de fornecedores eficientes e capacitados.

No primeiro semestre de 2011, os estaleiros instalados no polo naval de Rio Grande contavam com 5.500 empregos diretos, representando 9,8% dos empregos diretos totais dos estaleiros brasileiros. Em termos de toneladas de porte bruto (TPB) de obras em andamento, o Rio Grande do Sul é o terceiro colocado, com uma participação de 17,94%, atrás de Pernambuco (49,21%) e do Rio de Janeiro (23,70%). Os estaleiros da Ecovix e da Quip possuem, juntos, mais de 10 obras em carteira, perfazendo 1,1 bilhão em TPB. Além disso, novos empreendimentos estão em vias de serem implementados: o Estaleiros do Brasil (EBR), em São José do Norte, e um estaleiro da Wilson Sons, em Rio Grande, o que deverá reforçar a constituição do polo naval.

A Ecovix está construindo no Estaleiro Rio Grande, oito cascos para a Petrobras, do tipo Floating, Production, Storage and Offloading (FPSO), ou seja, navios-plataforma, que serão utilizados para o pré-sal. Já a empresa Quip atende a contratos na modalidade Engineering, Procurement, Construction and Installation (EPCI), de plataformas *offshore*, relativas às plataformas P-63 e P-55. A EBR prevê instalar um estaleiro de plataformas de petróleo, a ser inaugurado em 2013, no qual investirá cerca de R\$ 1 bilhão, e o estaleiro da Wilson Sons deverá absorver recursos da ordem de US\$ 155 milhões, concentrando-se na construção de embarcações de médio porte.

Atualmente, Rio Grande está em uma fase apenas inicial de atração e desenvolvimento de negócios de setores voltados à indústria naval, mas é considerado um polo promissor. Algumas empresas gaúchas começaram a direcionar mais investimentos para a indústria naval, adquirindo novos equipamentos, realizando parcerias com empresas no exterior ou localizando filiais mais próximas aos estaleiros, mas grandes investimentos ainda deverão ser feitos no setor metal-mecânico do RS, em usinagem e fundição automatizadas, para atender às demandas do polo naval.

Dentre os exemplos de empresas gaúchas que estão atendendo às necessidades do polo naval, pode-se citar a Metasa, fabricante de estruturas metálicas, com sede em Marau, que pretende inaugurar, em 2012, uma nova planta em Rio Grande;

e a Intecnial, fabricante de tubulações, sediada em Erechim, ambas fornecedoras da Quip. O grupo Voges, de Caxias do Sul, com atividades em fundição e automação, ingressou no mercado de inversores de frequência, em parceria com uma empresa estrangeira, para atender ao polo naval. A gaúcha Altus, de São Leopoldo, foi contratada pela Ecovix para automatizar as oito plataformas para a Petrobras.

Mas não só as empresas gaúchas estão atentas às demandas do polo naval. A própria Ecovix, já operando no Estaleiro Rio Grande, está ampliando seus investimentos em R\$ 300 milhões, com a construção de uma fábrica de painéis. A Caldepinter, do Rio de Janeiro, que fabrica pequenas peças de navios, inaugura, neste ano, uma unidade em Pelotas. A CSE Mecânica e Instrumentação, com matriz em Pinhais, no Paraná — especializada em serviços de construção, montagem e testes em mecânica, elétrica e instrumentação, que já atende a outros polos navais —, também abriu uma filial em Rio Grande. E, em breve, a Iesa Óleo e Gás, do RJ, vai investir R\$ 90 milhões em Charqueadas, em uma base para produção de módulos de plataformas.

O polo naval de Rio Grande está beneficiando-se de uma descentralização da indústria oceânica em nível nacional, e seu dinamismo está espalhando-se por outras regiões do Estado. Porém, para que a retomada da indústria seja sustentável, alguns desafios devem ser enfrentados, tais como a qualificação da mão de obra, a incorporação de tecnologia mais avançada, o adensamento da cadeia produtiva e a redução de custos. Investir em capacitação e tecnologia é fundamental para aumentar a competitividade e para poder disputar o mercado global. Além disso, o crescimento acelerado do polo pode trazer deseconomias de aglomeração às zonas urbanas de Rio Grande e Pelotas; portanto, urge fazer-se um planejamento ordenado das cidades e das áreas portuárias, para evitar que a expansão crie obstáculos incontornáveis.

Rio Grande é uma cidade estratégica para o desenvolvimento da Região Sul do Estado, e as áreas de ciência, tecnologia e inovação são segmentos importantes para tornar esse desenvolvimento permanente e não apenas um ciclo. Alguns dos desafios pela frente estão relacionados com as navieças, que enfrentam gargalos de escala e tecnológicos, ainda que, com o aumento da produção, cresça a possibilidade de fornecimento local. O principal desafio é o desenvolvimento da gestão de engenharia de processo, um conhecimento que pouco avançou nos anos em que a indústria naval brasileira ficou paralisada. A concretização de alguns projetos, como um curso de engenharia naval na Universidade Federal do Rio Grande e a implantação do Parque Científico e Tecnológico do Mar, poderá contribuir para preencher essa lacuna.

Beky Moron de Macadar
Economista, Pesquisadora da FEE

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 02.12.11).

ISSN 1517-7262

A Carta de Conjuntura FEE é uma publicação mensal de responsabilidade dos editorialistas. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria do Planejamento, Gestão e Participação Cidadã.

Tiragem: 250 exemplares.


**Fundação de
Economia e
Estatística**

Presidente: Adalmir Antonio Marquetti
Diretor Técnico: André Luis Forti Scherer
Diretor Administrativo: Roberto Pereira da Rocha

Conselho Editorial da Carta: André Luis Contri (Editor-Chefe), André Luis Forti Scherer, Cecília Rutkoski Hoff, Fernando Maccari Lara, Renato Antônio Dal Maso e Roberto da Silva Wiltgen.

Núcleo de Dados: Rafael Bernardini Santos (coordenação) e Ana Maria de Oliveira Feijó.

Editoração: Maria Inácia Flor Reinaldo e Susana Kerschner (revisão), Jadir Vieira Espinosa e Rejane Maria Bondanza Lopes (diagramação).

Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser

Rua Duque de Caxias, 1691 - Porto Alegre
CEP 90010-283

E-mail: carta@fee.tche.br

Twitter: @cartafee

www.fee.rs.gov.br